

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM E ENSINO DE GRAMÁTICA:

METODOLOGIAS DE ENSINO

META

Explorar as principais concepções de linguagem e seus respectivos reflexos junto ao ensino de gramática na escola, salientando as práticas pedagógicas subjacentes a cada uma dessas concepções.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

definir as principais concepções de linguagem tratadas em Lingüística Aplicada;

distinguir os conceitos de gramática apontados pela Lingüística Aplicada;

identificar os reflexos das diferentes concepções de linguagem e de gramática junto ao ensino dessa modalidade nas escolas de Educação Básica;

reconhecer as características das principais práticas de ensino de gramática desenvolvidas nas escolas.

PRÉ-REQUISITO:

Antes de iniciar a leitura desta aula, visite a seção “**Você se lembra de?**” e tente resolver o exercício lá apresentado. As questões apresentadas certamente são bastante úteis para começarmos uma boa reflexão sobre “concepções de linguagem e ensino de gramática”.



(Fonte: <http://pl.atualeditora.com.br>).

INTRODUÇÃO

Oi, tudo bem com você? Já visitou a seção **Você** se lembra de? Ainda não? Esperamos que sim. Depois de ao menos 14 (catorze) anos de estudo de língua portuguesa nas escolas, você costuma ter dúvidas quanto ao emprego de determinados verbos na estrutura frasal? Ah, quanto à ortografia de algumas palavras, isso também acontece? Sinceridade para com a resposta, afinal, não estamos aqui para punir, ok?

Se sua resposta for SIM, ótimo, isso prova a idéia de que ninguém domina um conjunto de regras em toda sua plenitude; se for NÃO, parabéns por acreditar tanto em sua memória, mas certamente a sorte tem lhe acompanhado, pois nunca lhe falhou nas situações em que precisou, mas já pensou na idéia de que você não é obrigado a saber de tudo? Seria uma boa começar a pensar nisso. Por quê?

Bom, na aula passada, começamos discutir um pouco sobre os objetivos do ensino de língua materna na Educação Básica nos dias de hoje e, conforme vimos, compete ao professor, entre outros, despertar a competência comunicativa do aluno, a fim de que possa atuar de forma satisfatória no mundo letrado.

Na mesma oportunidade, vimos o quanto a escola ainda tem policiado a manifestação linguística do aluno, pois, além de comumente desprezar a variação linguística que este traz para a sala de aula, insiste em impor uma exaustiva memorização de regras e mais regras gramaticais que, muitas vezes, inibem a expressão criativa, para validar, aqui, os termos de Franchi (2006). Isso é fato, não é? Mas alguém já parou para imaginar que isso pode ter a ver com a forma como o professor concebe a linguagem e, por que não dizer, a gramática? Pois é, nossa aula pretende começar a discutir essa relação. Que tal?!

CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM, DE GRAMÁTICA
E PRÁTICA DOCENTE



(Fonte: 1- <http://www.olharvirtual.ufrj.br>; 2- <http://www.livrarialoyola.com.br>; 3- <http://images1.emconta.com.br>; 4- <http://www.livrarialoyola.com.br> 5 <http://www.artepaubrasil.com.br>).

Travaglia (2006), ao destacar questões relativas ao ensino de língua portuguesa nos ensinos fundamental e médio, afirma ser importante

a maneira como o professor concebe a linguagem e a língua, pois o modo como se concebe a natureza fundamental da língua altera em muito o como se estrutura o trabalho com a língua em termos de ensino. A concepção de linguagem é tão importante quanto a postura que se tem relativamente à educação. (2006, p. 21)

Na seqüência, o estudioso aponta três concepções de linguagem freqüentemente reconhecidas pelos estudiosos na atualidade, a saber:

- a) linguagem como expressão do pensamento;
- b) linguagem como instrumento de comunicação, como meio objetivo para a comunicação;
- c) linguagem como forma ou processo de interação.

A primeira dessas concepções, linguagem como expressão do pensamento, subordina a expressão linguística à organização do pensamento. Logo, se alguém não se expressa bem é porque não sabe pensar. Desse âmbito, a linguagem representa a mera tradução de um pensar e, portanto,

As leis da criação linguística são essencialmente as leis da psicologia individual, e da capacidade de o homem organizar de maneira lógica seu pensamento dependerá a exteriorização desse pensamento por meio de uma linguagem articulada e organizada. Presume-se que há regras a serem seguidas para a organização lógica do pensamento e, conseqüentemente, da linguagem. (TRAVAGLIA, 2006, p. 21)

De modo geral, essa é a concepção de linguagem que direciona os estudos tradicionais de língua portuguesa, marcado por um reforço, como vimos na aula passada, nas questões meramente gramatiquieras, cujos princípios enfatizam a idéia de que há uma modalidade culta e bela a ser seguida, e uma linguagem vulgar, a ser desprezada.

Na segunda concepção – língua como instrumento de comunicação –, a língua é entendida como código, como meio comum a falante e ouvinte para o exercício da comunicação. Assim, o falante tem algo a comunicar, ativa um código e o encaminha a outro. Esse outro tem a função de receber os sinais codificados e elaborar uma nova mensagem (decodificação). Diz-se tratar-se, então, de uma visão monológica e imanente da língua, que a estuda segundo uma perspectiva formalista – que limita esse estudo ao funcionamento interno da língua – e que a separa do homem no seu contexto social.

Já para a terceira concepção de linguagem apontada – linguagem como forma ou processo de interação, o indivíduo tem um papel singular no circuito da comunicação: ele age sobre o outro. A linguagem, dessa perspectiva, é o lugar onde a interação acontece, pela “produção de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 23). Grosso modo, essa é a concepção que governa os estudos linguísticos mais preocupados com um ensino de língua mais conforme aos dias atuais.

Ora, como dissemos acima, a depender do entendimento que o professor tem sobre linguagem, configura-se uma abordagem X no tratamento com a disciplina em sala de aula. Como também já apresentamos, embora estejamos em pleno século XXI, ainda presenciamos (e em larga escala!)

um ensino de língua materna preso a uma reprodução de metalinguagem e regras. Ou seja, ensina-se gramática por ensinar e fim de papo.

Você poderia perguntar: *Acaso devemos deixar de ensinar gramática na escola?* Claro que não, afinal, é papel da escola ensinar a língua padrão, fazer o aluno instrumentalizar-se dessa norma, a fim de usá-la nas circunstâncias comunicativas específicas. Como lembra Possenti (2006, p. 17):

Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico. A tese de que não se deve ensinar ou exigir ou exigir o domínio do dialeto padrão dos alunos que conhecem e usam dialetos não padrão baseia-se em parte no preconceito segundo o qual seria difícil aprender o padrão. Isto é falso, tanto do ponto de vista da capacidade dos falantes quanto do grau de complexidade de um dialeto padrão. As razões pelas quais não se aprende, ou se aprende mas não se usa uma língua padrão, são de outra ordem, e têm a ver em grande parte com os valores sociais dominantes e um pouco com estratégias escolares discutíveis.

Ora, seguindo o raciocínio do autor, o que nos falta é começar a refletir um pouco sobre a melhor maneira de ensinar essa modalidade de uso da língua, concorda? Pois bem, considerando a importância que o ensino de gramática ocupa nesse peculiar, parece oportuna a elaboração de mais um questionamento: “o que é gramática?”. Que pergunta boba, não é? Nem tanto. Paremos e pensemos no assunto.

Fomos acostumados a entender “gramática” como um conjunto de regras dispostas em um compêndio-guia adotado por um professor X, com vistas à ministração da disciplina língua portuguesa. Sua função seria a de nos fazer menos ignorantes, mostrando-nos como devemos nos expressar, como devemos fazer para falar ou escrever bem na nossa língua. Alguém discorda do que está sendo dito aqui? A escola nos ensinou a pensar desse modo e, se acaso devemos mudar nossa forma de pensar, a ela também compete semear essa mudança, não acha? E se fosse dito que essa perspectiva é apenas uma das concepções de gramática?!

Conforme destaca Possenti (2006, p. 63),

a noção de gramática é controversa: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira. No que se segue, proponho que aceite, para efeito de argumentação, que a palavra gramática significa “conjunto de regras”. Não é uma definição muito precisa, mas não é equivocada. Serve bem como guarda-chuva. Mas, acrescente-se logo que a expressão “conjunto de regras” também pode ser entendida de várias maneiras.

Pois bem, o termo “gramática” congrega diferentes concepções, cada uma delas com seus princípios subjacentes, mas todas, como bem destaca Possenti (1997), ligadas à idéia de “conjunto de regras”. Discutamos um pouco sobre essa especificidade.

Conforme salienta Franchi (2006), podemos falar, pelo menos, em três tipos de gramática, a saber: *gramática normativa*, *gramática descritiva* e *gramática internalizada*. O esclarecimento da natureza de cada uma dessas aplicações do termo ‘gramática’ parece ser fundamental para que fiquemos a par dos seus objetivos. Analisemos.

O conceito de gramática normativa diz respeito a um conjunto de regras que foram formuladas para que o indivíduo fale ou escreva corretamente. Dessa forma, deve esse indivíduo respeitar as normas que são ditas por essa gramática, a fim de possa ser reconhecido socialmente como bom falante ou bom escritor nessa língua. Isso significa dizer que, se acaso alguém rompe com quaisquer normas expressas por essa gramática, comete um erro, algo abusivo e merecedor de punições as mais diversas.

Tal concepção de gramática governa os estudos linguísticos desde muito tempo. Conforme destaca Franchi (2006), umas das primeiras formas de se construir uma gramática normativa aparece nos trabalhos dos gramáticos de Port-Royal¹ (ver nota explicativa!), no século XVII, deslumbrados em vincular o bom uso da linguagem ao pensamento. Trata-se, então, de uma gramática de cunho filosófico.

No caso específico de gramática da língua portuguesa, é comum a referência ao nome de Soares Barbosa como sendo um dos maiores representantes da gramática filosófica. Segundo Ilari (1997):

No domínio da língua portuguesa, Soares Barbosa é o ascendente direto ou indireto de todos os autores da chamada “gramática tradicional”; é também um dos mais sérios e capazes, e sua autoridade foi enorme ao longo dos últimos 200 anos, pela freqüência com que foi citado, discutido e sobretudo plagiado. (...) A perspectiva geral de Soares Barbosa é a das “gramáticas filosóficas”, e essa perspectiva inclui uma concepção peculiar de como a mente humana concebe idéias, formula juízos e os encadeia em raciocínios, que Soares Barbosa endossa; como gramático, ele se compromete a fornecer uma análise da língua que reflita essa lógica; ou por outra, incorporando a hipóteses vigentes em seu tempo sobre as articulações do pensamento, Soares Barbosa se compromete em reencontrar na língua unidades e conexões que correspondam às unidades e conexões do pensamento. É nesse sentido que a gramática é “filosófica” e que a língua pode ser tomada como um “método analítico”: (p. 11-12)

Calcada nesses ascendentes filosóficos, os gramáticos normativos

partem de um fato da linguagem que todos estão dispostos a esclarecer: o fato de que, no uso da linguagem, existem diferentes modalidades e dialetos, dependendo de condições regionais, de idade e de sexo e, principalmente, de condições sociais (econômicas e políticas). Mas também fica muito evidente, nessa concepção, uma valorização não estritamente lingüística dessas modalidades: existem subjacentes nela preconceitos de todo tipo, elitistas e acadêmicos e de classe. (FRANCHI, 2006, p. 18)

De maneira geral, podemos afirmar que essa é a concepção predominante na maior parte das práticas escolares relativas ao tratamento da linguagem. E a outra concepção, o que representaria a *gramática descritiva*? Você já começou a imaginar? Vejamos.

Diferentemente dos princípios da gramática normativa acima destacados, uma gramática descritiva se caracteriza em função de proceder a um diagnóstico relativo a um “sistema de noções, de descrições estruturais e de regras que permitem falar da língua, descrevê-la, dizer como ela funciona no processo comunicativo e mostrar como é que se fala e se escreve nessa língua”. (FRANCHI, 2006, p.22).

Para esse tipo de trabalho, como aponta Possenti (1997, p. 65), “a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes – daí a expressão “regras que são seguidas””.

Ora, em sendo regras seguidas pelos falantes de uma comunidade, entende-se que uma gramática descritiva deve se mostrar mais neutra, mais científica, desapegada de um caráter normativo. Ou seja, deve descrever qualquer tipo de manifestação lingüística de uma comunidade. Mas, como bem registrar Franchi (2006), muitas vezes a gramática descritiva serve de instrumento para consolidação dos princípios da gramática normativa. Como isso pode acontecer? Confirmamos o que diz o autor:

Primeiro, devemos lembrar que há fatos e fatos. Quem está descrevendo uma língua pode, muito bem, simplesmente desconsiderar os fatos da linguagem coloquial e popular como devendo ser “a priori” rejeitadas por vulgares. Como se elas não existissem ou não devessem existir como fatos. E não é assim procede a gramática tradicional e escolar, referindo-se, exclusivamente, aos fatos e exemplos da língua “abonados” por um grupo selecionado de escritores?

Segundo, (...), o gramático pode reintroduzir os critérios sociais de uso para excluir como não gramaticais todas as expressões que não correspondam a esse “uso consagrado”. (FRANCHI, 2006, p. 23)

Mas, e o outro conceito, o de *gramática internalizada*? O que vem a ser? Você se lembra dos estudos desenvolvidos por Noam Chomsky nos anos de

1950? Todos, não é mesmo? Pois bem, só para refrescar um pouco as idéias, esse autor afirmou a existência de uma faculdade de linguagem, uma dotação genética inerente à humanidade, que, estimulada pelo convívio social, desenvolve-se. Assim é que uma criança, em contato com um grupo social (falante) específico, aprende um conjunto de regras norteadoras da construção de frases, do manejo e, por que não dizer, da gramática dessa língua. Lembrou? Viu como o conceito de gramática aqui se difere dos anteriores?

Vista dessa perspectiva, *gramática* representa o próprio saber linguístico do falante, as regras que foram internalizadas por meio do contato com outros falantes a que teve acesso em seu processo de aquisição de linguagem. Nesse sentido, saber uma gramática não se vincula à escolarização, mas à idéia de um amadurecimento do indivíduo em relação ao reconhecimento das possibilidades de uso de sua língua.

Assim entendida a *gramática internalizada*, fica fácil entender a afirmação corriqueira de que a criança, ao chegar ao ambiente escolar, já domina a gramática de sua própria língua, não é mesmo? Pensemos, a criança é capaz de compreender, analisar e construir frases difíceis, sem antes ter decorado conceitos e mais conceitos. Será que é justo o professor ignorar esse conhecimento e partir para a imposição de novas regras?

Não estamos querendo dizer que o professor não deve ensinar gramática normativa na escola, pelo contrário, é seu papel instrumentalizar o aluno desse conhecimento. O problema reside no modo como ele vai fazer isso. Na realidade, cumpre a este profissional apresentar aos seus alunos os mais diversos registros dessa língua que os circundam. Como lembra Bechara (1997),

a grande missão do professor de língua materna – no caso de língua estrangeira o problema é outro – é transformar seu aluno num poliglota dentro de sua própria língua, possibilitando-lhe escolher a língua funcional adequada a cada momento de criação e até, no texto em isso se exigir ou for possível, entremear várias línguas funcionais para distinguir, por exemplo, a modalidade linguística do narrador ou as modalidades praticadas por seus personagens. (p. 14)

Eita responsabilidade, não é mesmo? Responsabilidade grande, mas, afinal, foi a essa a profissão que escolhemos, sim? Lutemos por transformar os nossos alunos em verdadeiros políglotas em língua portuguesa (rs).

Bom, do que comentamos até agora, você já deve ter percebido que é possível realizar em sala de aula diferentes tipos de ensino de língua. Cabe a cada um de nós escolher o modo de direcionamento de nossas atividades em sala de aula.

Travaglia (2006), ao tratar dessa especificidade, destaca três tipos de ensino de língua apontados por Halliday, McIntosh e Strevens, a saber: o *prescritivo*, o *descritivo* e o *produtivo*.

A essa altura do campeonato, é claro que você já inferiu a natureza de cada uma dessas dinâmicas de ensino de língua. Pois bem, esclareçamos.

O primeiro desses tipos – o *prescritivo* –, como o próprio nome já denota, diz respeito a uma abordagem metodológica cujo foco reside na prescrição, na imposição de normas como palavras de ordem. Trata-se de um ensino “que interfere com as habilidades lingüísticas existentes. É ao mesmo tempo prescritivo, pois a cada “faça isto” corresponde um “não faça aquilo””. (TRAVAGLIA, 1996, p.38).

Nesse sentido, podemos afirmar que tal forma de ensino está intimamente ligada aos pressupostos subjacentes à *gramática normativa* outrora comentados, já que privilegia a correção formal da linguagem como princípio fundamental.

O ensino descritivo, por sua vez, visa apresentar, descrever como uma língua funciona. Assim:

Fala de habilidades já adquiridas sem alterá-las, porém mostrando como podem ser utilizadas. Nesse tipo de ensino, a língua materna tem papel relevante por ser a que o aluno mais conhece. Trata de todas as variedades lingüísticas. Sua validade tem sido justificada afirmando-se que o falante precisa saber algo da instituição lingüística de que se utiliza, do mesmo modo que precisa saber de outras instituições sociais, para melhor atuar na sociedade. (TRAVAGLIA, 1996, p. 39)

Como comentamos há pouco, por vezes, um estudo lingüístico dito descritivo também pode favorecer a consolidação dos princípios de um ensino prescritivo, ao priorizar para fins descritivos uma única modalidade de língua, qual seja: a culta. Mas, convenhamos, ao menos enquanto propósito, um estudo descritivo parece ser um pouco menos apegado a imposições, a receitas, pois a sua natureza quer retratar, mostrar o funcionamento dos fatos da língua. Além disso, tal tipo de ensino pode auxiliar o aluno a raciocinar cientificamente sobre esses fatos, contrapondo-os às razões que os ocasionam.

E quanto ao ensino caracterizado como *produtivo*? É chegada a hora de falarmos sobre esse assunto. Vejamos. De modo geral, esse tipo de ensino visa ampliar os horizontes comunicativos do aluno, à medida que não tem como meta impor normas de uso do bem falar e do bem escrever, tampouco se prende à descrição de uma única modalidade e possibilidade de uso de uma língua, pelo contrário, buscar apresentar ao aluno as mais diversas potencialidades que essa língua comporta, em função de situações comunicativas específicas.

Em outras palavras, é de seu interesse desenvolver a competência comunicativa do aluno. Quer isso dizer, então, que esse tipo de ensino é, em relação ao que acima foram comentados, mais conforme aos dias atuais. De todo modo,

Esses três tipos de abordagem do ensino da língua não são mutuamente excludentes e podemos em nosso trabalho lançar mão de todos eles de acordo com nossos objetivos. Todavia tem sido consenso entre os estudiosos das questões ligadas ao ensino de língua materna que o ensino descritivo e o produtivo, sobretudo o segundo, são muito úteis para o aluno, mas que o prescritivo tem sido hipervalorizado e muito mais praticado nas aulas de língua materna em detrimento dos outros dois tipos, causando prejuízos na formação do aluno, em termos de conhecimento lingüístico de que disporá em sua vida, sobretudo no que diz respeito à obtenção de uma competência comunicativa mais ampla, que é fundamental para viver melhor. Mesmo porque o ensino prescritivo que tem sido feito não tem conseguido nem mesmo seu objetivo de levar os alunos a terem uma competência que se considere satisfatória no uso das variedades culta e escrita da língua. (TRAVAGLIA, 2006, p. 40)

Seja como for, mais do que nunca, é chegada a hora de fazer despertar no aluno o senso crítico, de apresentar-lhe diferentes formas de comunicação em língua materna, sem despi-lo de sua própria gramática, do saber lingüístico que ele leva para a escola. Isso só será possível quando a aula de língua materna deixar de privilegiar exclusivamente um ensino prescritivo e passar a respeitar as diferenças, as possibilidades; quando a palavra de ordem deixar de ser “norma” e passar a ser “criatividade”, enfim.

CONCLUSÃO

Do que expomos acima, endossamos a idéia de que o tipo de abordagem desenvolvida na sala de aula /de língua materna está intimamente associado à concepção de linguagem e de gramática que o professor tem. Assim, se ele entende que a linguagem é expressão de pensamento e que gramática diz respeito apenas ao conjunto de normas que devemos dominar para sermos bem aceitos socialmente, evidentemente, abordará um ensino de língua materna pautado na prescrição, na distinção de uma modalidade de língua dita culta e de outra caracterizada como imprópria ou mesmo vulgar.

Lamentavelmente, essa é a postura que tem sido comumente adotada pelo professor de língua materna na Educação Básica, uma vez que o professor ainda tem aproveitado a maior de seu tempo junto ao aluno para fazer-lhe decorar normas, conceitos, metalinguagens, por assim.

Sem dúvida, urge que desenvolvamos um “ensino que faça da gramática um instrumento, entre outros, para a obtenção de maior qualidade de vida, que permita às pessoas viverem de forma melhor”. (TRAVAGLIA, 2004, p. 20).

RESUMO

Nesta aula, vimos como a concepção de linguagem e de gramática do professor de língua materna pode ser determinante quanto ao tipo de abordagem que ele adota em sala de aula. Sistemáticamente, apresentamos as principais concepções de linguagem consideradas pelos lingüistas, a saber: a) linguagem como expressão de pensamento; b) linguagem como instrumento de comunicação; e c) linguagem como forma ou processo de interação. Na seqüência, vimos como o esclarecimento da natureza dos tipos de gramática normalmente tratados nas ciências da linguagem - gramática normativa, gramática descritiva e gramática internalizada - é fundamental para o entendimento das dinâmicas de ensino de língua portuguesa nos dias hoje: a) prescritivo; b) descritivo; e c) produtivo. Em sendo caracterizado pela prescrição de usos das formas lingüísticas, o primeiro desses modos de ensino - o prescritivo - aparece como intimamente atrelado aos princípios subjacentes à gramática normativa, marcada pela tentativa de homogeneizar a língua, à medida que impõe a subserviência dos falantes a uma única manifestação lingüística, entendida como a ideal, pura, bela. Analogamente, o ensino descritivo põe em evidência os moldes de uma gramática descritiva, pautada numa apresentação do funcionamento de uma modalidade de língua, numa descrição dos fatos lingüísticos. Já o ensino produtivo pretende desenvolver a competência comunicativa do aluno, sem, contudo, negligenciar o saber lingüístico que já leva o ambiente escolar. Ou seja, a gramática internalizada que lhe é peculiar. Depois de apresentar as especificidades de cada uma dessas formas de ensino, destacamos que tais formas não são, necessariamente, excludentes entre si, e que, portanto, podem ser integradas ao trabalho docente, em função dos seus respectivos objetivos de ensino, especialmente os que estão ligados ao tratamento da gramática na escola.



VOCÊ SE LEMBRA DE?

Nesta seção, você deve responder a umas questões ligadas à gramática da língua portuguesa. Gramática? Isso mesmo. GRAMÁTICA. Vamos lá.

ASSUNTO EM FOCO: VERBO

1. Use (V) ou (F):

a) A Nomenclatura Gramatical Brasileira distingue verbos irregulares de verbos anômalos, aplicando a última denominação a verbos como estar, haver, ser, ter, vir e pôr, cujas profundas irregularidades não

- se enquadram em classificação alguma. ()
- b) O radical acrescido da vogal temática recebe, nas gramáticas tradicionais do português, o nome de semantema. ()
- c) O presente do indicativo origina o presente do subjuntivo e os imperativos (afirmativo e negativo). ()
- d) Afora as flexões, a forma verbal veicula uma carga semântica a mais: a noção de aspecto. ()

2. Em “Polícia prende Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá por assassinato doloso, triplamente qualificado de Isabella” e “Casal aguardará pedido de habeas corpus dos advogados”, qual formas verbais em destaque é classificada como rizotônica?

3. Justifique o uso da forma verbal pagar na seguinte frase: “A menina tinha pagado ao colega para fazer o trabalho em seu lugar”.

4. Observe a seguinte frase: “A atitude de Ana Jatobá e Alexandre Nardoni em assassinar Isabella causou comoção e, ao mesmo tempo, despertou a fúria da população brasileira”. Transcreva no:

- a) pretérito imperfeito do indicativo;
b) pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

5. Quanto à flexão, diz-se que os verbos se classificam em: regulares, irregulares, defectivos e abundantes. Estabeleça a diferença entre essas tipologias, apresentando exemplos.

É claro que não deixaríamos você na mão. Em caso de dúvida, as respostas são as seguintes:

1. V/F/V/V;

2. A forma verbal rizotônica é prende, já que o acento tônico recai no radical (prend);

3. Conforme os princípios da gramática normativa da língua portuguesa, o uso da forma verbal na frase tratada é adequado, uma vez que a forma auxiliar do verbo ter exige a presença de um particípio regular (nesse caso, terminado em ado), diferentemente dos casos com os verbos ser/estar, que exigem particípio irregular. No caso da frase destacada, temos: a) “A menina tinha pagado ao colega para fazer o trabalho em seu lugar”; b) “O trabalho foi pago ...”.

4. Pretérito Imperfeito do Indicativo: “A atitude de Ana Jatobá e Alexandre Nardoni em assassinar Isabella causava comoção e, ao mesmo tempo, despertava a fúria da população brasileira”;

Pretérito Mais-que-perfeito do Indicativo: “A atitude de Ana Jatobá e Alexandre Nardoni em assassinar Isabella causara comoção e, ao mesmo tempo, despertara a fúria da população brasileira”.

a) Regulares: são aqueles que mantêm o mesmo radical em todos os tempos e modos. Ex.: amar, beber, partir; b) Irregulares: são aqueles cujo paradigma da conjugação não segue o mesmo radical em todos os tempos e modos. Ex.: dar, subir, etc.; c) Defectivos: são aqueles que não apresentam todas as flexões; sua conjugação não é completa. Ex.: computar, cuja conjugação é feita apenas nas três pessoas do plural

ATIVIDADES

1. Em “O que é mesmo gramática?”, Franchi (2006) busca os significados de “gramática”, “regras gramaticais” e “saber gramática”, a partir de diferentes concepções. Com base nas observações feitas pelo autor, a prática escolar avaliativa supervaloriza a gramática normativa. O que representa esse tipo de gramática? Quais os pressupostos que lhe são subjacentes? Quais as suas origens?



COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

É claro que, para essa questão, você deve atentar para o fato de que, conforme salienta Franchi (2006), a gramática normativa diz respeito a um conjunto sistemático de regras do bem falar e do bem escrever. Logo, para esse tipo de gramática, quaisquer desvios à norma são considerados “erros”. Nesse sentido, é interessante você destacar, entre outras, que, para essa concepção de gramática: a) há uma modalidade culta e apropriada da língua e outra caracterizada como inculta e imprópria; e b) há pessoas que sabem se expressar bem e outras que não o sabem. É de se esperar, também, que você remeta às origens greco-latinas sobre as quais se assenta esse tipo de gramática.

2. Que fatos justificam a afirmação de Franchi (2006, p. 23) de que “a gramática descritiva se transforma em um instrumento para prescrições da gramática normativa”?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

De certo, você já inferiu a resposta com bastante facilidade. Ora, segundo aponta o autor, é possível que o analista de uma língua opte por descrever simplesmente os fatos da linguagem tida como culta, negligenciando outras formas de manifestação linguística. Ou seja, seu trabalho pode, de fato, vir a ser um instrumento de consolidação da norma consagrada pela gramática normativa comumente tratada nas escolas.

3. Ao tratar dos métodos de ensino, Travaglia (2006) afirma que tais práticas não são excludentes entre si, mas que podem ser complementares. Comente esse posicionamento do autor.

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Ora, em se tratando de comentário, você pode, aqui, inclusive, discordar da afirmação de Travaglia. Porém, é de se esperar, ao menos, que realce que, para o autor: o professor pode e deve mesclar diferentes abordagens de ensino de língua materna na sala de aula. Imagine, por exemplo, que é mais de que obrigatório o professor conhecer bem de perto os preceitos da gramática normativa, para apresentar a seus alunos como tal modalidade de língua se manifesta, assim como é essencial que lide bem com a gramática conhecida dos alunos, para, dentre outras, a partir de um método descritivo, contrapor tais modalidades, mostrando aos seus pupilos as suas respectivas importâncias e situações de uso adequadas às circunstâncias comunicativas.

PRÓXIMA AULA



Na aula seguinte, a nossa discussão terá como foco a forma como vem sendo desenvolvido o ensino da norma culta nas escolas de Educação Básica. Nesse sentido, vamos abordar, entre outros, alguns dos mitos e preconceitos linguísticos referendados pelo discurso institucionalizado da escola ao longo dos anos.

PORT-ROYAL

A Gramática de Port-Royal, dos franceses C. Lancelot e A. Arnaud, 1690, foi a teve maior aceitação entre os gramáticos do século XVII. A palavra de ordem desse período foi racionalismo. Isso porque os estudiosos da época conceberam a linguagem como expressão de pensamento e buscaram mostrar como as línguas são regidas por princípios gerais e racionais. Nesse sentido, pensaram a linguagem em sua generalidade. Sob esse prisma, insistia-se na orientação de que os falantes deveriam ser precisos ao fazer uso da linguagem, separando o que é (ou não) interessante para a sua expressão lingüística. Na verdade, os pensadores vislumbravam uma língua ideal, universal, mediadora de todo tipo de comunicação verbal humana.

AUTO-AVALIAÇÃO

Chegamos ao final da aula e agora é a vez de refletir sobre o que você aprendeu. Dica: visite cada uma das seções tratadas e destaque as observações que lhe parecem mais relevantes. Elabore duas ou três questões sobre o que destacou e tente respondê-las. Procure o tutor e os seus colegas para discutirem um pouco sobre o assunto estudado na aula. Vocês podem se dividir e depois cada um expõe ao outro o que entendeu, avaliando-se mutuamente. Que tal pensar na nota que daria a você e também ao seu colega e vice-versa?! (Podem usar a escala que trabalhamos nas aulas 3 e 4 !). Bom, interaja sempre com eles e o tutor! Isso é parte do processo educacional e só lhe fará bem.



REFERÊNCIAS

- BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática**. Opressão? Liberdade? 9 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- FRANCHI, Carlos. **Mas o que é mesmo gramática**. [com] Esmeralda Vailati Negrão e Ana Lúcia Müller. São Paulo: Parábola, 2006. (Na ponta da língua; 15)
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- _____. **Gramática ensino plural**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1997.